



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

ATA Nº 2 – Segunda Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Montalegre, realizada no dia 21 de junho de 2021

No dia vinte e um do mês de junho do ano de dois mil e vinte e um, pelas nove horas, no edifício do Multiusos, sito na Avenida Nuno Álvares Pereira – Montalegre, realizou-se a segunda sessão ordinária da Assembleia Municipal de Montalegre, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1 – Apreciação e votação da ata nº 1ª da sessão ordinária do dia 26 de fevereiro, do ano 2021.

2 – Expediente para conhecimento.

3 – Período Antes da Ordem do Dia.

4 – Período da Ordem do Dia:

4.1. Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, acerca da atividade do município, bem como da respetiva situação financeira, nos termos do disposto na alínea c), do n.º 2, do artigo 25.º, e n.º 4, do artigo 35.º, ambos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;

4.2. Aprovação dos Documentos de Prestação de Contas do Exercício Económico de 2020 – Mapas de Prestação de Contas e Relatório de Gestão;

4.3. Segunda Alteração Modificativa aos Documentos Previsionais para 2021;

4.4. Prestação de Contas Consolidadas – ano 2020;

4.5. Proposta de 2.ª Alteração ao Mapa de Pessoal de 2021;

4.6. Informação relativa aos compromissos plurianuais assumidos no ano económico de 2021 / artigo 6º da lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, na redação dada pela Lei nº 22/2015, de 17 de março;

4.7. Pedido de apoio financeiro, formulado pela Freguesia de Outeiro, para arranjo do caminho do Porto Souto, em Outeiro;

4.8. Pedido de apoio financeiro, formulado pela União de Freguesias da Venda Nova e Pondras, destinado à reconstrução de escadas pedonais na rua Central da Venda Nova;

4.9. Pedido de apoio financeiro, formulado pela Junta de Freguesia de Cabril, destinado à elaboração do projeto da nova Sede da Junta de Freguesia;

4.10. Pedido de apoio financeiro, formulado pela Junta de Freguesia de Pitões das Júnias, destinado à implementação do Centro Interpretativo do Lobo Ibérico (CILI);



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

- 4.11. Ratificação do Despacho de prorrogação até ao final do ano 2021 da isenção de taxas das medidas excecionais de combate à pandemia da doença Covi-19, no Município de Montalegre;
- 4.12. Regulamento Municipal de Atribuição de Bolsas de Estudo;
- 4.13. Regulamento Municipal de Atribuição de Bolsas de Estudo – Proposta de retificação ao art.º17º;
- 4.14. Designação de um representante da Assembleia Municipal, na CPCJ, em substituição da Sra. Professora, Maria do Sameiro Liberal Gonçalves, que renunciou ao cargo;
- 4.15. Aprovação dos estatutos da “EHATB – Empreendimentos Hidroelétricos do Alto Tâmega e Barroso, EIM, SA;
- 4.16. ATBERG - Relatório de Contas 2020 / Para conhecimento;
- 4.17. EHATB - Relatório de execução orçamental - 4º trimestre/ano 2020/Para conhecimento;
- 4.18. EHATB - Relatório e Contas 2020 / Para conhecimento;
- 4.19. Eólica de Montenegro, S.A. - Relatório e Contas 2020 / Para conhecimento;
- 4.20. Eólica da Serra das Alturas, S.A. - Relatório e Contas 2020 /Para conhecimento;
- 4.21. Relatório Anual de Avaliação CPCJ de Montalegre – 2020;
- 4.22. Minuta da Proposta de aditamento ao contrato interadministrativo de delegação de competências entre o Município de Montalegre e a Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega e proposta para análise das despesas que a Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega, enquanto autoridade de Transportes, carece para prosseguir as suas competências próprias (linhas intermunicipais e linhas inter-regionais) à luz do Regime Jurídico do Serviço Público de Transporte de Passageiros, aprovado pela Lei nº52/2015, de 9 de junho;
- 4.23. Retificação a introduzir no documento “Estratégia Local de Habitação de Montalegre”, aprovada em reunião do Executivo Municipal do dia 4 de fevereiro e aprovada na sessão de 26 de fevereiro, do ano em curso.

5 – Período após a ordem do dia.

Efetuuou-se o registo das presenças, tendo-se verificado que estavam presentes quarenta membros.

Justificaram as faltas à sessão anterior os deputados Fernando Rodrigues, Marco Sousa e João Gonçalves dos Santos.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Além do Senhor Presidente da Câmara Municipal, Manuel Orlando Fernandes Alves e do Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, David José Varela Teixeira, estiveram presentes os Vereadores António Gonçalves Araújo, Maria de Fátima Pereira Fernandes Alves, Paulo Jorge Miranda da Cruz e José Moura Rodrigues.

Registando-se quórum, o Senhor Presidente da Assembleia declarou aberta a sessão.

1 – Apreciação e votação da ata nº 1ª da sessão ordinária do dia 26 de fevereiro, do ano 2021.

A ata da sessão ordinária do dia 26 de fevereiro foi posta à consideração, não tendo havido qualquer reparo.

Posta a votação, a ata foi aprovada por unanimidade.

2 – Expediente para conhecimento.

O Senhor Presidente da Assembleia deu conhecimento do expediente recebido.

3 - Período Antes da Ordem do Dia.

Inscreveram-se para intervir os deputados João Soares, Duarte Gonçalves, João Carlos Rodrigues, Sandra Gonçalves, Alberto Martins, José João Moura e Iva Rebelo.

O deputado João Soares entregou o seguinte documento à Mesa: “Não sei se teremos outra oportunidade de encontro, de partilha de ideias, como acontece, periodicamente, nesta Casa da Democracia que é a Assembleia Municipal.

Por isso, permiti que partilhe com todos vós algo que descortino no horizonte das minhas obrigações de cidadão democraticamente eleito pelos meus concidadãos Barrosões.

Quarenta e sete anos após o 25 de abril e 32 anos após a chegada do PS à governação deste Município, agora que nos aproximamos de nova consulta eleitoral, é imperioso aclarar o contorno programático que nos identifica como força política enraizada no nosso concelho, que sempre soube ajustar os valores gerais que nos guiam, quais sejam os valores do socialismo e da liberdade, às condições específicas do nosso espaço físico e humano, interior e despovoado, deste País Barrosão.

É justo reconhecer – só a cegueira, o interesse próprio ou a má-fé o não querem ver – que a condução dos destinos do Município pelo Partido Socialista, por vontade expressa dos eleitores Barrosões, reforçada, a cada ato eleitoral – e já lá vão oito! – é justo reconhecer, repito, que permitiu abrir horizontes de desenvolvimento, permitiu oportunidades de vida, níveis de bem-estar e possibilidades de exercício de cidadania que não têm paralelo em momentos anteriores, da História deste Município.

Fiel aos valores democráticos, que pautam a sua matriz política, o PS apresentou-se sempre a Barroso e aos Barrosões com a mesma bandeira, o mesmo símbolo transparente, genuinamente independente, livre de uniões de facto promíscuas e de ocasião, sem camuflagem e sem a deprimente necessidade de recorrer ao arco-íris para escolher a cor mais apelativa para os ocasionais cartazes de campanha.

O PS soube sempre apresentar-se a Barroso e aos Barrosões, tal como é: comprometido e responsável. Comprometido com o seu programa, a cada ato eleitoral, e responsável pela construção das melhores soluções, olhando o presente e projetando o futuro.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

O PS tem, no seu ADN, uma atitude permanente de trabalho, de ação e construção progressiva que valoriza as pessoas, a iniciativa e a solidariedade social; que afirma os valores do mérito, da criatividade, do empreendedorismo e do esforço individual.

O PS contrapõe à mediania o gosto pelo progresso e a ambição pelo sucesso. Rejeita o fatalismo, o conformismo, o pessimismo e o bota-abaxismo. Acredita que o desenvolvimento se consegue, se estiverem abertas, a todos os municípios mais oportunidades e melhores condições de existência.

O PS rejeita os arautos da desgraça coletiva que se deliciam com as dificuldades e com os bloqueios, numa postura cínica perante os Municípios. O PS rejeita a superficialidade, o simplismo e a inconsequência como forma de intervenção. Por isso, não aceita a receita de ideias soltas, inconsequentes e incapazes de responder às complexidades que a gestão do quotidiano acarreta e às batalhas pela modernidade do nosso concelho.

A tudo isto, o PS contrapõe o otimismo próprio de quem acredita num “Barroso melhor” construído por quem tem a responsabilidade e a capacidade de o fazer: as pessoas, todos os Barroões, cada um de nós.

O PS, a quem os Barroões confiaram os destinos do seu concelho, tem realizado este caminho. O PS, em Barroso, quer continuar este trilho. E este trilho não é aventureiro, é guiado, tem placas de sinalização. Quais são? Uma que não seguimos, é a que diz: NUNCA NÓS; outra, que prosseguimos, é a que aponta: “BARROSO ... SEMPRE!”. Assinado, o deputado municipal João Soares.”

O deputado Duarte Gonçalves entregou o seguinte documento à Mesa: “Exmo. Sr. Presidente, da Assembleia, Sr. Presidente da Câmara, caros vereadores, membros da mesa e colegas deputados.

Gostaria de começar por justificar a minha falta. Quando assim é não é a melhor forma de começar, mas em consciência devo justificar a minha ausência nas cerimónias do dia do Município, devido ao falecimento na véspera de um familiar. Entre dois deveres optei pelo apoio à família, mas devo esta justificação aos municípios, e também aos serviços administrativos que me contactaram e a quem depois não dei devida resposta.

Depois, gostaria de falar na questão do COVID-19, para dizer que ainda não vencemos essa guerra. Apesar do progresso da vacinação, apesar de menos restringidos, devemos continuar com toda a precaução. Devemos continuar a consciencializar toda a gente que nos é próxima fazendo a nossa parte, e deve o município continuar a campanha de informação e prevenção nesta matéria, para que não tenhamos maiores sustos e sejamos falados pelos piores motivos, com as consequências que daí advêm no recuo das medidas de desconfinamento que nos privam a liberdade e comprimem a economia.

Por último, quero deixar um apontamento mais político.

Por vezes a oposição é indevidamente acusada de fazer uma política fiscalizadora e denunciante dos factos que apura. O próprio Presidente da Assembleia nas suas anteriores funções de Presidente de câmara efetuou denúncias para casos que lhe levantaram suspeitas. Embora queiram fazer passar ideia diferente, em nada essa sua ação e dever diferem dos da oposição. Somos eleitos e responsabilizados para quando perante indícios suspeitos, os poder e dever denunciar. É aliás preferível levar esses casos ao apuramento da justiça, em detrimento de os lançar meramente no tribunal da praça pública.

Reporto-me em concreto ao caso do Painel LED, em que denunciámos a situação ao Procurador da República junto do tribunal administrativo de Mirandela, e que no seu despacho foi claro ao afirmar, cito, "que há uma ilegalidade há", ou "que há uma ilegalidade já o dissemos". O PS procurou escamotear esse caso, mas a verdade é que ao ser levantada uma ilegalidade era normal que o procurador remetesse o processo para o ministério público a quem compete investigar. Pois bem, o ministério público vem-nos dar razão ao deduzir acusação contra os envolvidos (Presidente, vice-Presidente e empresário), acusando-os do crime de prevaricação. Vamos ver como tudo isso termina, mas para já estamos conscientes de ter tomado a ação correta ao denunciar estas suspeitas. Assinado, o deputado municipal Duarte Gonçalves.”



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

O deputado João Carlos Rodrigues entregou o seguinte documento à Mesa: “Sr. Presidente, Sr. Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, caras e caros deputados: permitam-me antes de mais que preste aqui três reconhecimentos pelos feitos alcançados pelos Barrosões e que muito nos devem encher de orgulho.

1º deixar um reconhecimento à Casa do Couto, de Paradela, que foi distinguida com a medalha de bronze na categoria de Mel Multiflora no Concurso Nacional de Mel de 2021 e, na produção de mel de urze, pelo método de produção biológico, obteve uma menção honrosa, tendo assim sido distinguido como o melhor da classe, tal como já o logrou no ano de 2020.

2º uma palavra de reconhecimento ao Grupo Desportivo e Cultural de Salto, na pessoa do presidente da direção, Jorge Carvalho que, na modalidade de Futsal sénior, alcançou a subida à reativada 3ª divisão nacional da modalidade.

3º E, pelo tamanho do feito, mas também por ser o mais importante representante desportivo do nosso concelho, o reconhecimento maior, na pessoa do seu presidente Paulo Viaje, deixar uma palavra de congratulação, de orgulho e regozijo pela promoção do Centro Desportivo e Cultural de Montalegre ao novo campeonato profissional da FPF, a Liga 3.

Quero agora referir-me a dois acontecimentos. Que não são apenas e só datas comemorativas, mas muito mais que isso, que tiveram lugar recentemente e merecem ser aqui falados.

1º - o 47º aniversário do 25 de Abril, uma data histórica, que culminou com a aprovação da Constituição da República Portuguesa um ano após a revolução dos cravos, que trouxe a liberdade e a democracia a Portugal e que nos fez, inegavelmente, um país diferente, desde logo podendo, homens e mulheres, decidirem e escolherem quem nos governa.

A data foi assinalada no país e também aqui com uma simbólica homenagem a um Barrosão que todos deveríamos conhecer melhor, Bento Gonçalves que foi um político notável e um prestigiado humanista, tendo sido Secretário-Geral do PCP entre 1929 – 1942, ano em que faleceu no Tarrafal.

2º - O Feriado Municipal, o 9 de junho, tendo o município distinguido duas personalidades da terra de grande prestígio nacional na área jurídica e política, cujos nomes honram Montalegre: o Prof. Calvão da Silva e o Dr. o Júlio Pereira.

Mas as atividades do Município não se ficam pelas referidas. Foi um período de realizações de algum impacto, apesar da pandemia e também para combater os seus efeitos nefastos na economia local.

E referia, à cabeça:

Corrida dos Quatro Castelos – Transpeneda Gerês: ao todo mais de mil participantes puderam desfrutar das paisagens de um dos mais bonitos locais de Portugal no único Parque Nacional do país.

Foi movimento para uma vila ainda com sintomas de crise da pandemia, mas são iniciativas como esta que ajudam o turismo, o comércio e o negócio.

Este evento foi apenas um ponto do apoio indireto à economia, porque a Câmara concedeu ajudas excecionais que beneficiaram muita gente e que mereceram o maior reconhecimento da população.

Foram muitos milhares de euros que a Câmara atribuiu diretamente ao comércio, e com isso à economia, ao emprego, às pessoas, e que foram acréscimo à resistência, e esperança numa semente de futuro.

Com estes apoios Montalegre ficou melhor e ganhou o espírito de cooperação e solidariedade com que a Câmara agiu, e fortaleceu-se a cultura de coesão que o Partido Socialista também garante no governo do concelho.

Mas ao falar em solidariedade teremos de referir o importante projeto de apoio a pessoas carenciadas para compra de medicamentos com o aumento de beneficiários do cartão ABEM.

Bem ficou a Câmara, e todos nós, com esta iniciativa, como com a entrega de mais 70 computadores e oferta de internet para que os alunos pudessem acompanhar as atividades letivas, desenvolverem as suas competências, e não ficar ninguém para trás no setor fundamental da educação.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Podemos falar também em obras, merecendo nota o grande investimento no arquivo municipal e a Casa do Conhecimento, na história e na cultura, assim como as três requalificações levadas a cabo na sede do concelho: No Bairro Albino Fidalgo, na rua da Mijareta e na rua da Corujeira. Obras que beneficiam o tecido urbano, que trazem maior valor arquitetónico para além dos serviços que prestam.

Isto são ideias, isto são obras, isto é governar, isto é que é servir a terra e a nossa gente, coisa que o PSD e o seu candidato não vêm e tão pouco têm proposta para os Barrosões:

Caros deputados e deputadas:

Falei de iniciativas sociais, de apoio à economia e de investimentos em obras para reconhecer o grande esforço financeiro da autarquia no desenvolvimento solidário da nossa terra.

Permitam-me agora sugerir uma medida que creio que terá de ser tomada.

As chegadas de bois são o acontecimento mais enraizado na cultura do Barrosão. Fazem parte do imaginário dos Barrosões. Mas queremos que continuem a ser uma realidade, os emigrantes querem que seja uma realidade.

Com a pandemia, muitos dos proprietários dos bois tiveram que desfazer-se dos animais perdendo muito dinheiro.

Uma vez visto o bom exemplo da corrida dos 4 castelos, tenho a convicção de que estarão a ser pensadas, pela autarquia, de forma adaptada e dentro das regras e normas que a pandemia exige, as festas do concelho. E nessa lógica, das festividades concelhias, sugiro à Câmara que ajude o regresso da atividade, que aborde este assunto e que, por exemplo, num campeonato de chegas extraordinário, possa apoiar os proprietários para estimular a oferta e a procura e desenvolver novamente a atividade que é sempre o maior acontecimento da festa, do mês de agosto e do verão no nosso Barroso. Assinado, o deputado municipal João Carlos Rodrigues.”

A deputada Sandra Gonçalves entregou o seguinte documento à Mesa: “Exmo. Senhor Presidente da Assembleia municipal, Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal, Exmos. Senhores Vereadores, Exmos. Senhores deputados, meus senhores e minhas senhoras: mais uma vez venho questionar as obras da estrada camarária de Amiar-Pereira. Segundo o site de contratos públicos base.gov, esta estrada já vai em mais de 600 mil euros e está longe de estar acabada, aliás mal começou. Inicialmente estava projetada para ser intervencionada até à escola Primária de Pereira, agora está apenas planeado ser intervencionada até à entrada da aldeia de Pereira, o que é uma grande diferença. Em termos comparativos com a estrada de Montalegre – Chaves vai ficar por um preço além do razoável. Depois indignam-se por receberem a visita das autoridades. Volto a perguntar, quanto vai custar esta estrada? E quando estará finalizada? Os habitantes daquelas aldeias danificam as suas viaturas diariamente naquela estrada.

Aconselho todos os presentes da ala esquerda a visitarem o site dos contratos públicos, pois são cúmplices e coniventes com o que se passa neste concelho! É vergonhosa a forma despojada como o município esbanja o dinheiro dos contribuintes principalmente em ano de eleições.

O saneamento de São Lourenço foi feito em 2013 pelo atual executivo, nunca funcionou corretamente dado que derrama todas as águas e demais para um caminho público intransitável devido à situação. O terreno onde foi colocada a fossa coletiva nunca foi pago aos proprietários, nem nunca receberam qualquer compensação e ainda vão ficar com um terreno sem qualquer utilidade devido à estrutura ali existente. Quem age assim, age de má-fé perante os seus munícipes. Dado que não agiram de boa-fé, em ano de eleições decidiram arranjar outro terreno (e claro fazer promessas a esses proprietários, tal como aos anteriores) e gastar mais 37 mil euros + IVA numa nova fossa coletiva.

O saneamento da Vila de Salto custou cerca de 900 mil euros e vemos o valor para a primeira fase da rede de abastecimento de água e tratamento de águas residuais da aldeia de Ladrugães pelo valor de 389mil euros + IVA apenas para a primeira fase (esperemos que por este valor inclua o saneamento). Quanto irá custar o total da obra?

Vemos um contrato de 50 mil euros, para elaborar um modelo de gestão e avaliação patrimonial. Somos um concelho com um encargo salarial anual superior a 4 milhões e meio de euros e não temos funcionários com competências nesta área?



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Somos um concelho onde 45% da população é carenciada e o executivo dá-se ao luxo de pagar 15 mil euros + IVA por um assistente virtual do Messenger da página do Facebook do município!! Não têm uma estratégia para travar o despovoamento, nem soluções para estancar a saída dos nossos jovens, nem soluções para apoiar os casais com crianças, nem para atrair empresários para o nosso concelho, mas continuam a gastar milhões sem conseguir resolver os problemas estruturais do concelho. Assinado, a deputada municipal Sandra Gonçalves.”

O deputado Alberto Martins entregou o seguinte documento à Mesa: “Exmo. Senhor Presidente e Membros da Mesa da Assembleia, senhor Presidente da Câmara, senhores Membros desta Assembleia Municipal, bom dia a todos: do assunto que vou referenciar, em primeiro lugar as minhas palavras vão para o apoio que a Câmara Municipal de Montalegre tem dado aos Clubes Desportivos do Concelho, sem ele os êxitos alcançados não eram possíveis.

Sábado, 19 de junho, o Grupo Desportivo e Cultura de Salto, Campeão da A. F. de Vila Real, em Futsal, venceu em Boticas, em “Casa emprestada”, a Equipa Campeã do Distrito de Viana do Castelo, por 7-3, subindo assim, à Terceira Divisão Nacional de Futsal. Já tinha vencido em Mirandela, o Vale Madeiro, campeão do Distrito de Bragança. Ficando em segundo lugar, na Taça Nacional que lhe deu acesso à subida! Parabéns Salto!

O Centro Cultural de Montalegre, também fez uma excelente época desportiva em Futebol e subiu à série 3. Parabéns Montalegre!

Os Abelhas Azuis lutaram até ao fim, pela subida. Realizaram o bom Campeonato e obtiveram uma boa classificação.

O Vilar de Perdizes, morreu na paria, mas tentou até ao último jogo a promoção aos campeonatos nacionais!

Para estes dois Clubes, também os meus parabéns!

Todos sabemos que por trás de estes êxitos desportivos, está o apoio que a Câmara Municipal, tem dado às coletividades do seu concelho. Obrigado senhor Presidente, Parabéns, Câmara Municipal de Montalegre!

Sabemos que, além disto tudo, há o esforço das Direções, dos atletas, dos treinadores e de todos os que durante um ano, perdem muitas horas da sua vida, para se entregarem ao seu clube do coração e que nada lhes falte.

Obrigado pela vossa dedicação e para vós todos, os meus Parabéns!

Com estas subidas, as responsabilidades vão aumentar, mas, com a força de todos e com a garra que tem os barrosões, tudo vai correr bem!

Senhor Presidente, pode estar satisfeito. As verbas que destinou aos Grupos Desportivos do seu Concelho foram bem empregues e deram fruto! Souberam rentabilizá-las!

Quando assim é, todos nos sentimos felizes, até os membros desta Assembleia Municipal, que as aprovaram! Também estamos de parabéns! Tenho dito! Assinado, o deputado municipal, Alberto Fernandes!

O deputado José João Moura entregou o seguinte documento à Mesa: “Exmo. Sr. Presidente da Assembleia, Exmo. Sr. Presidente da Câmara, Exmos. Srs. deputados, Exmos. Srs. Vereadores, caro público gostaria de fazer 1 voto de congratulação e uma chamada de atenção.

O voto de congratulação vai para o Centro Desportivo e Cultural de Montalegre, por ter sido a primeira equipa a entrar na III liga nacional de Futebol e a única a representar o interior do país. Parabéns assim a José Manuel Viaje, ao seu irmão, aos atletas e a todo o elenco diretivo e desportivo de Futebol. O Centro Desportivo e Cultural de Montalegre mostra assim que é um embaixador da nossa terra que muito nos orgulha e dignifica e por isso Sr. Presidente convém dar as melhores condições ao clube tanto a nível estrutural no estádio como na ratificação do relvado e na conclusão definitiva do campo de treinos de forma a competir de uma forma condigna.

Estamos a viver um ano Xacobeo Sr. Presidente e em reunião de assembleia municipal a 11 de setembro de 2019 falei sobre a importância de Montalegre se agregar aos outros concelhos que queriam reabilitar o caminho português do interior bem como aos respetivos fundos comunitários disponibilizados para o mesmo. Todos os anos o número de peregrinos aumenta e em 2019



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

ultrapassou os 420 000 que chegaram a Santiago de Compostela, e com um ano Xacobeo, estimava-se que esse número batesse novos recordes, no entanto a Pandemia veio refrear estas estatísticas. No entanto, com a reabertura das fronteiras e dos albergues o caminho de Santiago recrudescer e o aparecimento de novos caminhos como o Caminho de Torres (Almeida-Lamego-Amarante-Braga), o Caminho Minhoto Ribeiro (Braga-Ponte da Barca-Monção-Melgaço), o Caminho da Geira e dos Arrieiros (Braga-Torres de Bouro-Portela do Homem-Lobios-Castro Laboreiro) são provas disso. Com esta afluência de peregrinos, vários municípios organizaram-se e reabilitaram o caminho português do interior. Esta via de peregrinação começa em Viseu e segue por Castro Daire, Lamego, Régua, Santa Marta de Penaguião, Vila Real, Vila Pouca de Aguiar e Chaves, percorrendo 205 quilómetros e entrando em Espanha por Verín. No entanto, havia alguns peregrinos que atalhavam por Vilar de Perdizes em direção a Xinzo de Limia, como demonstra o Paço de Vilar, reconhecido Hospital-Albergue durante séculos. Por isso têm-se intensificado estudos da variante desde Oura a Vilar de Perdizes, na lógica de “atalhar caminho”, a que, depois de Oura e Ardãos, apanha o “caminho velho” empedrado, e vai direito a Vilar de Perdizes, sem passar em Soutelinho e evitando Chaves. Este caminho tem um grande potencial, uma vez que atrai pessoas que têm a vontade de explorar o Interior do país, as suas pequenas aldeias, vilas, e conhecer as suas gentes. Seria assim uma forma de reabilitar as aldeias quase desertas que temos no concelho e ajudava a instalar novamente o comércio local e tradicional, criando postos de trabalho fixos e não voláteis a meia dúzia de eventos sazonais.

Sr. Presidente, Montalegre não deve deixar assim de perder esta oportunidade de se agregar aos 8 concelhos que formam o caminho português do interior e aproveitar para reerguer o nosso caminho que historicamente caiu no esquecimento e seguidamente promover esta via de peregrinação, pois trata-se de um turismo dinâmico, amigo do ambiente e Natureza e benéfico em termos culturais. Desafio assim Vossa Excelência a ouvir os seus congéneres dos concelhos limítrofes e não menosprezar os seus intentos e embarcar nesta caminhada e descoberta de um novo rumo para o nosso concelho, pois como costumam dizer os peregrinos “o verdadeiro caminho começa quando se chega a Santiago de Compostela “. Assinado, o deputado municipal José João Moura”.

A deputada Iva Rebelo disse que o prédio Albino Fidalgo foi feito há cinco anos e tem problemas em tudo o que é estrutura. Neste último temporal as caves ficaram inundadas e em todo o telhado houve infiltrações. Esperamos que a Câmara se responsabilize pelas obras mal executadas, assim como deve resolver o problema das águas pluviais. Tem a obrigação de investir mais nas pessoas que aqui insistem viver.

O Senhor Presidente da Câmara disse que o período antes da ordem do dia foi mais uma demonstração onde foram bem evidenciados os propósitos e as mentes construtivas face às mentes com propósitos deconstrutivos, onde se vê a atenção de quem segue o dia-a-dia, o quotidiano da vida concelhia e o discurso de disco riscado de quem vai à floresta e não consegue ver as árvores, só venha lenha. Esta tem sido a postura do PSD pois não sabe fazer melhor, não tem capacidade construtiva, não tem ideias, não tem estratégia, mas sabe fazer delação, sabe achincalhar a imagem do concelho. Foi o que aconteceu duramente este mandato com as obras do castelo, com a vinda dos emigrantes e com tudo o que a Câmara fez. Na altura das eleições vai ser o que vai estar na ordem do dia. É o que vai fazer com os Barrosões possam escolher quem querem que governe.

Agradeceu o conselho dado pela deputada Iva Rebelo de se investir nas pessoas, mas julga que dar mais não é fácil. A Câmara socialista investir dois milhões de euros nas associações locais, é investir nas pessoas. Sabe que não se faz tudo, nem nunca se irá fazer. O executivo sabe que o orçamento camarário impõe limites. Não se pode confundir o orçamento geral com a capacidade de investimento. Com uma boa gestão tem-se feito obra, tem-se transformado a vida das pessoas e tem-se capitalizado a atratividade. À nossa escala, Montalegre recebe mais gente do que Santiago de Compostela, mas a oposição desvaloriza todos os eventos que tanta gente e riqueza traz ao concelho. Para além de todos os eventos mais do que conhecidos, está a tentar-se capitalizar os caminhos de Santiago. Não porque os outros fazem, mas porque podem ser



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

tirados lucros deste trilho. Montalegre vai ter a visibilidade que merece com uma gestão criteriosa. Lamenta que haja pessoas que só consigam ser felizes de quatro em quatro anos. Disse que há pessoas que deviam estar no mercado municipal e querem palco. A política do regateiro não interessa a ninguém. O led só serve de consolo para quem quer ser consolado. Mais uma incapacidade de produzir. O alarido público que procuraram vai ser a pá do vosso enterro. Os valores da política são os que nos deve motivar e deve manter a matriz identitária. Ninguém foi preso e agora andam desconsolados. Não é o PS que rejeita o bota abaixo, é o povo.

Sobre as chegadas de bois disse que estão a ser tratadas. Não vai haver festas, nem procissões e essa foi uma medida no âmbito da CIM, mas devemos dar um miminho aos nossos emigrantes cumprindo todas as regras de higiene e segurança.

A estrada de Pereira vai ser inaugurada. Os deputados em vez de falarem das freguesias a que pertencem, falam das outras.

Sobre o saneamento de S. Lourenço tem problemas. A fossa foi colocada num terreno cedido porque era urgente resolver aquela situação. Foi colocada uma fossa estanque num terreno privado e está a resolver-se o problema da indemnização dos proprietários.

Sobre as verbas atribuídas aos clubes desportivos nunca foram postas em causa. O Vereador do PSD acusou as associações de subsidi dependência. Ao fim de quatro anos a votar contra qualquer tipo de subsidio, vem agora aprovar todos os que vêm para aprovação. Isto não merece respeito das associações e dos seus dirigentes.

Quanto às inundações disse que quando chove muito há sempre incidentes. O prédio Albino Fidalgo é da Câmara e a companhia de seguras irá ser acionada. Se a seguradora não cobrir este acidente, a Câmara não falhará.

Inscreeveu-se para segunda intervenção a deputada Sandra Gonçalves.

A deputada Sandra Gonçalves entregou o seguinte documento à Mesa “Relembro o senhor presidente da Câmara, que fui eleita democraticamente nas urnas pelos habitantes do concelho de Montalegre e não no campo da feira, como quer fazer parecer. Sou feliz, mas podia ser mais, se visse o meu concelho com vida. Não preciso da política para viver ao contrário da maioria dos dirigentes deste concelho que nada mais sabem fazer além da política.

Os assuntos que aqui trago incomodam o nosso presidente de tal maneira que me insulta reiteradamente e hoje até o meu sotaque o incomodou.

Quanto ao saneamento de São Lourenço, sabe perfeitamente, tal como eu, que ninguém foi abordado, indenizado ou compensado.

Vêm apontar defeitos numa obra com mais de 40 anos e não assumem os erros das obras da governação socialista que metem sistematicamente água e estão constantemente a necessitar de intervenções.

A oposição faz propostas, no entanto são todas desvalorizadas, mas à posteriori são postas em prática a conta gotas à boa maneira socialista, para favorecer quem mais lhes convém e nunca surtem o efeito que seria o suposto, nem nunca mencionam que partiu da oposição.

Congratulam-se porque ganham as eleições com maioria. Todos sabemos como ganham as eleições no concelho. Imiscuindo-se e impondo-se em todas as associações, na Santa Casa da Misericórdia, no Lar de Salto, nos bombeiros, nas empresas privadas com os ajustes diretos e por aí em diante. Assinado, a deputada municipal Sandra Gonçalves.”

Neste momento o Senhor Presidente ausentou-se da reunião tendo sido substituído pelo Senhor Vice-Presidente Dr. David Teixeira.

4 – Período da Ordem do Dia:

4.1. Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, acerca da atividade do município, bem como da respetiva situação financeira, nos termos do



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

disposto na alínea c), do n.º 2, do artigo 25.º, e n.º 4, do artigo 35.º, ambos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. / Para conhecimento;

O Senhor Vice-Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

A Assembleia tomou conhecimento.

4.2. Aprovação dos Documentos de Prestação de Contas do Exercício Económico de 2020 – Mapas de Prestação de Contas e Relatório de Gestão;

O Senhor Vice-Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreveram-se para intervir os deputados Duarte Gonçalves e Acácio Gonçalves.

O deputado Duarte Gonçalves entregou o seguinte documento à Mesa: “Quanto à prestação de contas do exercício económico de 2020, não podemos discordar mais do dito pelo Sr. Vice-Presidente na análise que fez. De facto, estas contas são o reflexo das vossas opções de gastos e investimentos, e nós teríamos feito diferente. Já temos falado imenso sobre isso. O desenvolvimento do concelho só se consegue combatendo o nosso principal problema, que é o despovoamento. E isso só se faz através da criação de emprego. Não vejo outra forma. Quem fixa as pessoas à terra é o emprego, e as condições de vida. Ora gostaria de ver outro tipo de investimentos, que fossem promotores disso mesmo. O município devia por exemplo, entre outras coisas, captar investidores, que tragam os seus planos e ideias de negócio para territórios de baixa densidade. Para isso é preciso ser competitivos na oferta que se lhe faz em termos de condições, porque há vários municípios a fazê-lo. Eu já disse que deveríamos dispor de um fundo de apoio ao investimento e empreendedorismo, no valor mínimo de 1 milhão de euros. Algo que tenha devido impacto mediático e mostre a vontade do município em apoiar quem arrisca investir no interior. Poderá ser capital de risco, ou reembolsável, a configuração pode-se estudar, mas importa que isso exista. No limite, se não aparecer ninguém, qual é o problema? É só trazer a uma assembleia a proposta de mais uma alteração aos mapas previsionais, mais uma menos uma, tanto faz.

Se não criamos os instrumentos, não dermos as condições e os primeiros passos, só aparece alguém por milagre. Mas isso dava aqui uma grande dissertação, e já estou a fugir ao tema.

Quanto aos documentos propriamente ditos, já estamos habituados a que tecnicamente venham bem-apresentados pelos técnicos do município, desta vez devido ao novo enquadramento contabilístico os mapas são diferentes, mas lá nos habituamos.

Quero referir, e já várias vezes disse, que não podemos considerar uma boa gestão aquela que assenta em prejuízos, e mais uma vez o município apresenta 1 milhão e 300 mil euros de prejuízo no exercício, com resultados transitados negativos em quase 40 milhões de euros. E isto não é só o Duarte ou o PSD que diz, o próprio relatório do Revisor Oficial de Contas menciona isso mesmo, no ponto 6.2 do mesmo refere: "A conta resultados transitados têm vindo a apresentar-se cada vez mais negativa elevando-se em 31 de dezembro de 2020 a cerca de 40 milhões de euros, facto que gradualmente penaliza o património líquido do Município. Para tal contribui um sucessivo apuramento de resultados líquidos anuais negativos". Óbvio, que se as contas apresentam resultados negativos, algum constrangimento isso tem de ter na gestão financeira do município.

O mesmo relatório continua a referir que falta uma avaliação e validação dos ativos fixos, cuja última inventariação foi em 2003, e continua a levantar reserva em relação à adequação do valor em provisão para fazer face ao litígio com as águas do Norte, que reclamam mais de 2 milhões e 500 mil euros, com seis processos pendentes em curso.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Depois, quero deixar nota que detetei, que em ano difícil para a economia local com o COVID 19, o executivo optou por cortar ao nível do PAM mais de 180.000 euros e a nível de PPI mais de 700.000 euros, nas funções económicas, nomeadamente em indústria e energia, e comércio e turismo. Ou seja, um corte de quase 900.000€ no global, numa área que precisava de forte e imediato apoio. Era necessário balancear as contas, mas haveria por certo outras opções. Talvez por isso a ajuda ao comércio local tenha chegado tão tarde, penso que somente apenas em 2021, mas nesse domínio o que importa é que chegou. Assinado, o deputado municipal Duarte Gonçalves.”

O deputado Acácio Gonçalves disse que a auditoria externa entregou os relatórios finais e verifica-se que as contas não foram validadas. Dependem dos ativos fixos, tangíveis e não tangíveis da última empresa que fez a inventariação dos bens em 2003.

O concelho de Montalegre vive em circunstâncias complexas. A oposição tenta desbloquear e dismantlar certas situações, mas é impossível. As pessoas têm medo. É o chamado síndrome de Estocolmo, onde a filha do bancário foi raptada, acabou por se juntar ao bando e começou a roubar juntamente com eles. Mas atenção que o bando foi exterminado e os terroristas acabaram. Vive-se uma situação extrema e vão ser as eleições que vão ditar o contentamento ou descontentamento.

Frisou que na prestação de contas, logo na primeira página da organização municipal dos recursos humanos, espelha a guerra da superioridade hierárquica baseada em perfis de escolaridade e onde os lugares vagos passam a ser chefiados pelos afillhados, a escolaridade não é atendível a qualquer funcionário. Há funcionários que já estão estagnados na carreira há mais de vinte anos, e por uma questão de bom senso, devia-se olhar às habilitações conquistadas por cada um.

Também na parte dos contratos a termo, também não acredita que a Câmara Municipal de Montalegre só tenha três contratos a termo de resolutivo certo. Porque houve tanta gente com contrato no ano 2020, que não haja apenas três contratos. O que fizeram aos outros?

O resultado líquido da Câmara de Montalegre não é assim tão favorável. Tem 1,3 milhões de euros em saldo negativos. A nível de receita temos 22 milhões de euros e com este valor podia dar-se a volta a muita coisa, começando pelo espelho de água que em qualquer terra é digno de se ver. A imagem do rio de Montalegre é uma imagem que não dignifica ninguém. Nem os turistas nem os habitantes. Lamenta que o rio esteja naquelas situações. O foco de infeção está no bairro do Crasto e deve ser um centro recolector de bombagem pois o rio cheira mal e está contaminado. O mesmo se passou no edifício Cinzas em frente ao centro de saúde, onde o caudal de esgoto estava aberto diretamente para o rio. Também a situação das vacarias não dignifica ninguém e deveriam ser estudadas de outra maneira para desviar os caudais de excremento dos animais.

O Senhor Vice-Presidente da Câmara disse que o revisor aprova e valida as contas apenas com as duas reservas que foram referidas. Que não fique a dúvida.

O fundo proposto pelo deputado Duarte Gonçalves é uma substituição clara aos meios financeiros que iríamos ter muita dificuldade em pôr isso em prática, mas pensa que as contas devem estar muito bem quando a maior preocupação é o rio cávado.

Relativamente ao prédio do cinzas foi feita uma estrutura estanque de bombagem e está resolvido a 100%

Deliberação: Aprovado por maioria com seis abstenções dos deputados Duarte Gonçalves, José João Moura, Sandra Gonçalves, Iva Rebelo, Manuel Rebelo e Acácio Gonçalves.

4.3. Segunda Alteração Modificativa aos Documentos Previsionais para 2021;

O Senhor Vice-Presidente da Câmara informou a Assembleia.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Não houve intervenções.

Deliberação: Aprovado por maioria com seis abstenções dos deputados Duarte Gonçalves, José João Moura, Sandra Gonçalves, Iva Rebelo, Manuel Rebelo e Acácio Gonçalves.

4.4. Prestação de Contas Consolidadas – ano 2020;

O Senhor Vice-Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreveu-se para intervir o deputado Duarte Gonçalves.

O deputado Duarte Gonçalves entregou o seguinte documento à Mesa: “Neste ponto vamos abster-nos por coerência com o voto em relação às contas, mas também por não concordarmos com a forma como a EHATB entrega a participação que o município nela detém, ou seja em vez de em nas contas do município a receita relativa à sua participação, a EHATB efetua nesse valor, e por adjudicação direta, obra no território, sendo que afinal todo o processo de ajustamento é efetuado pelo município. Algo pouco transparente e que apenas tem como alegado objetivo a eficiência fiscal, mas mesmo nesse domínio há limites aos donativos que conferem dedução à matéria coletável. Assinado, o deputado municipal Duarte Gonçalves.”

Deliberação: Aprovado por maioria com cinco abstenções Duarte Gonçalves, José João Moura, Sandra Gonçalves, Iva Rebelo e Acácio Gonçalves.

4.5. Proposta de 2.ª Alteração ao Mapa de Pessoal de 2021;

O Senhor Vice-Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreveu-se para intervir o deputado Acácio Gonçalves.

O deputado Acácio Gonçalves disse que a Câmara socialista passa a vida a fazer alterações. Este ano já é a segunda alteração e não pode ser. Ora se criam unidades orgânicas de 2ª, ora se criam unidades orgânicas de 3ª e os funcionários nem devem saber às quantas andam. Nem sabem a que divisão pertencem nem qual é a unidade orgânica que os chefia. É lamentável esta situação e as normas serem modificadas conforme muda o vento.

O Senhor Vice-presidente deve responder à pergunta colocada se havia algum assistente operacional licenciado nos quadros da Câmara ou não?

Quem é o chefe de unidade de 3º grau? Quem é o chefe de Divisão de unidade? Não se sabem os nomes e devem ser clarificadas as dúvidas. Há dois licenciados nesta unidade e não se sabem quem são. As chefias deviam vir discriminadas. Não sabe se legalmente está certo, mas deve haver algumas vantagens em camuflar esta situação.

A Unidade de Turismo e Cultura foi criada de novo e quer saber quem é o chefe de unidade, dos dois licenciados que fazem parte desta unidade e assistentes técnicos de turismo tem seis e também gostava de saber quem são.

O Senhor Vice-Presidente da Câmara disse que o que está em causa é a descentralização e a aquisição de competências e por essa razão houve a necessidade de alterar o mapa de pessoal. Para o ano vão ser recebidas muitas mais competências e mais alterações irão ser feitas.

Os seis contratos a termo são os profissionais que lecionaram as AEC's. Quanto às unidades orgânicas disse que na próxima Assembleia municipal já seriam indicados os nomes. O que está em causa é a organização das estrutura orgânicas.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Deliberação: Aprovado por maioria com seis abstenções dos deputados Duarte Gonçalves, José João Moura, Sandra Gonçalves, Iva Rebelo, Manuel Rebelo e Acácio Gonçalves.

4.6. Informação relativa aos compromissos plurianuais assumidos no ano económico de 2021 / artigo 6º da lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, na redação dada pela Lei nº 22/2015, de 17 de março;

O Senhor Vice-presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

A Assembleia tomou conhecimento.

4.7. Pedido de apoio financeiro, formulado pela Freguesia de Outeiro, para arranjo do caminho do Porto Souto, em Outeiro;

O Senhor Vice-Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreveu-se para intervir o deputado Duarte Gonçalves.

O deputado Duarte Gonçalves entregou o seguinte documento à Mesa: “Anunciar apenas que o nosso voto de abstenção prende-se com a falta de orçamento junto ao pedido formulado. Assinado, o deputado municipal Duarte Gonçalves.”

Deliberação: Aprovado por maioria com seis abstenções dos deputados Duarte Gonçalves, José João Moura, Sandra Gonçalves, Iva Rebelo, Manuel Rebelo e Acácio Gonçalves.

4.8. Pedido de apoio financeiro, formulado pela União de Freguesias da Venda Nova e Pondras, destinado à reconstrução de escadas pedonais na rua Central da Venda Nova;

O Senhor Vice-Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: Aprovado por maioria com uma abstenção do deputado Acácio Gonçalves.

4.9. Pedido de apoio financeiro, formulado pela Junta de Freguesia de Cabril, destinado à elaboração do projeto da nova Sede da Junta de Freguesia;

O Senhor Vice-Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: Aprovado por maioria com uma abstenção do deputado Acácio Gonçalves.

4.10. Pedido de apoio financeiro, formulado pela Junta de Freguesia de Pitões das Júnias, destinado à implementação do Centro Interpretativo do Lobo Ibérico (CILI);

O Senhor Vice-Presidente da Câmara informou a Assembleia.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Não houve intervenções.

Deliberação: Aprovado por maioria com uma abstenção do deputado Acácio Gonçalves.

4.11. Ratificação do Despacho de prorrogação até ao final do ano 2021 da isenção de taxas das medidas excepcionais de combate à pandemia da doença Covi-19, no Município de Montalegre;

O Senhor Vice-Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: Aprovado por maioria com seis abstenções dos deputados Duarte Gonçalves, José João Moura, Sandra Gonçalves, Iva Rebelo, Manuel Rebelo e Acácio Gonçalves.

4.12. Regulamento Municipal de Atribuição de Bolsas de Estudo;

O Senhor Vice-Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreveu-se para intervir a deputada Iva Rebelo.

A deputada Iva Rebelo parabenizou a autarquia pelo regulamento apresentado, embora peque por tardio e com alguns erros. Disse que não se devia limitar investir 60 mil euros e limitar a 34 bolsistas. É pouco ambicioso e injusto e inclusivo. Se uma 35ª pessoa for bombeiro, tem prioridade perante outros. Não haverá 100 mil euros para dispensar de forma a abranger mais alunos? Isto é investir no futuro do concelho. Tem conhecimento de concelhos em que os bolsistas lhe bastam apresentar o comprovativo de matrícula e fazer 30 horas de trabalhos comunitários. Aqui em Montalegre é imposto que seja bombeiro. É discriminatório. Pede que seja retificado e não limite apenas a 34 pessoas.

Deliberação: Aprovado por maioria com três votos contra dos deputados Sandra Gonçalves, Iva Rebelo e Manuel Rebelo e com duas abstenções dos deputados José João Moura e Acácio Gonçalves.

4.13. Regulamento Municipal de Atribuição de Bolsas de Estudo – Proposta de retificação ao art.º17º;

O Senhor Vice-Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: Aprovado por unanimidade.

4.14. Designação de um representante da Assembleia Municipal, na CPCJ, em substituição da Sra. Professora, Maria do Sameiro Liberal Gonçalves, que renunciou ao cargo;

O deputado António Ferreira, em representação da bancada do Partido Socialista, apresentou a seguinte proposta à Mesa: "Designação de um elemento para integrar a CPCJ de Montalegre,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Comissão Alargada, para substituir a professora Maria Sameiro Liberal Gonçalves: Considerando que a professora Maria Sameiro Liberal Gonçalves pediu a sua demissão da Comissão Alargada da CPCJ por motivos pessoais e falta de disponibilidade, é necessário designar outras pessoas para integrar esta Comissão. De acordo com a Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, no seu artigo 17º, nº1, alínea I), e considerando o perfil legalmente instituído para desempenhar funções na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Montalegre (CPCJ Montalegre), proponho a assistente social Estela Cristina Reis Rodrigues uma vez que esta detém especiais conhecimentos e capacidades para intervir na área das crianças e jovens em perigo, designadamente formação académica no acompanhamento de famílias e vasta experiência e colaboração em projetos relacionados com a infância e a juventude, tendo já feito parte da equipa da CPCJ. Assinado, o deputado municipal António Ferreira.”

Por votação por escrutínio secreto, a candidata da Lista A foi eleita com vinte e sete votos a favor e dez votos em branco.

4.15. Aprovação dos estatutos da “EHATB – Empreendimentos Hidroelétricos do Alto Tâmega e Barroso, EIM, SA;

O Senhor Vice-Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreveu-se para intervir o deputado Duarte Gonçalves.

O deputado Duarte Gonçalves entregou o seguinte documento à Mesa: “Quanto a esta alteração estatutária, mais uma, julgamos que as mesmas têm servido para adular a atividade da empresa, que é a produção de energia, é essa a sua fonte de receita. A EHATB não é uma empresa de obras públicas.

Já existiram divergências com as finanças, nesta constante tentativa de procurar um melhor enquadramento para a tal eficiência fiscal. E continuamos a procurar alterações que validem isso. Nós defendemos, até por transparência e controle do processo, que a participação do município seja entregue sob a forma de dividendos, em detrimento desta forma de efetuar obras diretamente nos municípios através dos contratos programa. Por isso votamos contra. Assinado, o deputado municipal Duarte Gonçalves.”

Deliberação: Aprovado por maioria com seis votos contra dos deputados Duarte Gonçalves, José João Moura, Sandra Gonçalves, Iva Rebelo, Manuel Rebelo e Acácio Gonçalves.

4.16. ATBERG - Relatório de Contas 2020 / Para conhecimento;

O Senhor Vice-Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

A Assembleia tomou conhecimento.

4.17. EHATB - Relatório de execução orçamental - 4º trimestre/ano 2020 / Para conhecimento;

O Senhor Vice-Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

A Assembleia tomou conhecimento.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

4.18. EHATB - Relatório e Contas 2020 / Para conhecimento;

O Senhor Vice-Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

A Assembleia tomou conhecimento.

4.19. Eólica de Montenegro, S.A. - Relatório e Contas 2020 / Para conhecimento;

O Senhor Vice-Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

A Assembleia tomou conhecimento.

4.20. Eólica da Serra das Alturas, S.A. - Relatório e Contas 2020 / Para conhecimento;

O Senhor Vice-Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

A Assembleia tomou conhecimento.

4.21. Relatório Anual de Avaliação CPCJ de Montalegre – 2020;

O Senhor Vice-Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

A Assembleia tomou conhecimento.

4.22. Minuta da Proposta de aditamento ao contrato interadministrativo de delegação de competências entre o Município de Montalegre e a Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega e proposta para análise das despesas que a Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega, enquanto autoridade de Transportes, carece para prosseguir as suas competências próprias (linhas intermunicipais e linhas inter-regionais) à luz do Regime Jurídico do Serviço Público de Transporte de Passageiros, aprovado pela Lei nº52/2015, de 9 de junho;

O Senhor Vice-Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: Aprovado por unanimidade.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

4.23. Retificação a introduzir no documento “Estratégia Local de Habitação de Montalegre”, aprovada em reunião do Executivo Municipal do dia 4 de fevereiro e aprovada na sessão de 26 de fevereiro, do ano em curso;

O Senhor Vice-Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreveu-se para intervir o deputado Duarte Gonçalves.

O deputado Duarte Gonçalves entregou o seguinte documento à Mesa: “Sr. Presidente, neste ponto gostaria apenas de fazer um reparo.

Ainda na última Assembleia aprovamos este documento, e hoje vem cá esta série de retificações. Não sei o que se passa com os serviços administrativos, ou quem faz estes trabalhos, mas a verdade é que é algo recorrente. Fazem-se regulamentos, aprovam-se, vêm aqui à assembleia para nós aprovarmos também, e damos de bom grado que os dados neles constantes estejam verificados e corretos. À assembleia seguinte lá vem a alteração e correção.

Não sei se tem alguma explicação para isto?

Em primeira análise ainda pensei que poderia ter a ver com os censos e havendo dados mais apurados da população, implica-se alguma alteração à estratégia local de habitação. Mas não me parece.

Agora, que são várias retificações a um só documento são, e de monta. Como é que se enganam tanto? Afinal em vez de 100 fogos são 118, na Borralha em vez de 167 pessoas são 109, a calendarização altera-se, a estimativa de investimento era de 441.000€ passa a 331.000€. Tem de se afinar isto! Assinado, o deputado municipal Duarte Gonçalves.”

Deliberação: Aprovado por maioria com seis abstenções dos deputados Duarte Gonçalves, José João Moura, Sandra Gonçalves, Iva Rebelo, Manuel Rebelo e Acácio Gonçalves.

A bancada do Partido Socialista apresentou um Voto de Pesar pelo súbito falecimento dos funcionários da Câmara Municipal de Montalegre, Américo Afonso Gonçalves e Mário Júlio Morais Batista dos Santos.

Inscreveu-se para intervir o deputado Duarte Gonçalves.

O deputado Duarte Gonçalves e em nome da bancada da coligação PSD/CDS-PP associa-se ao voto de pesar de dois grandes cidadãos do concelho de Montalegre.

Deliberação: Aprovado por unanimidade.

5 – Período após a ordem do dia.

Tendo em conta a necessidade de dar cumprimento às deliberações tomadas na presente sessão, foi a minuta lida em voz alta e aprovada por unanimidade, nos termos do disposto no n.º 1 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou a Assembleia que terminada a discussão da ordem do dia e não havendo público que manifestasse vontade de intervir, deu por encerrada a sessão.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

O Presidente da Assembleia

Fernando José Gomes Rodrigues

O 1º Secretário

Manuel da Silva Carvalho

O 2º Secretário

Olímpia Maria Caldas Fernandes Vinhas